Jean Carlos Dias

O CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

2ª edição

Revista, atualizada e ampliada

2016





www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 Pituba, CEP: 41830-151 - Salvador Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050
• E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 2.ª edição.

D541c Dias, Jean Carlos.

O controle judicial de políticas públicas / Jean Carlos Dias 2. ed. rev. atual. e ampl. – Salvador: JusPODIVM, 2016.

224 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-1086-4.

1. Controle judicial. 2. Políticas públicas. 3. Processo constitucional. I. Dias, Jean Carlos. II. Título.

CDD 341.4

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições *Jus*PODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

IN [°]	NTRODUÇÃO			
	APÍTULO I o direito como estruturação de padrões normativos	27		
1.	A tática do confronto: o pensamento de Dworkin	27		
2.	Modelos de regras e o positivismo	30		
3.	Modelos normativos: princípios e regras	34		
4.	Modelos normativos: princípios e políticas	39		
	O modelo de normas de dwokin revisitado	40		
	os elementos do conceito de política	49		
1.	O conceito de política	49		
2.	Quem elabora as políticas?	50		
3.	A fixação dos objetivos	53		
	APÍTULO III os fatores para análise das políticas	59		
1.	Análise de políticas	59		
	1.1. Elementos que podem ser considerados como fatores para análise de políticas públicas	59		

	1.2. As idéias centrais da teoria da justiça como fatores de análise das políticas públicas	. 61
2.	Políticas e equidade	. 64
3.	Políticas e eficiência	. 79
4.	Políticas e necessidades	. 87
5.	Políticas e liberdade	. 90
	APÍTULO IV razão pública da democracia e do constitucionalismo	. 95
1.	A relação entre as políticas e as teorias democrática e da separação dos poderes: contextualizando a discussão	. 95
2.	A razão pública	. 96
3.	A razão pública e a democracia	. 99
4.	Políticas e constitucionalismo	102
	4.1. Teoria da separação de poderes	103
	4.2. O papel do poder judiciário na teoria da justiça	109
5.	O sujeito metodológico da teoria da justiça: a crítica comunitarista	112
6.	O controle judicial	129
	APÍTULO V os direitos fundamentais	137
1.	Direitos humanos e direitos fundamentais	137
2.	Os direitos fundamentais em rawls	150
3.	Aperfeiçoando o modelo teórico: a interpretação constitucional. O princípio da proporcionalidade de gilmar ferreira mendes	152
4.	Direitos fundamentais e jurisdição: a necessidade de recolocação do problema.	157

STJ00117743

Sumário

CAPÍTULO VI Das políticas e da jurisdição						
1.	Examinando e refutando as objeções ao controle judicial de políticas públicas					
2.	A ob	jeção representada pela inaptidão estrutural	163			
	2.1.	Exposição da objeção	163			
	2.2.	Refutações à objeção	164			
3.	A ob	jeção representada pelo argumento democrático	168			
	3.1.	Exposição da objeção	168			
	3.2.	Os tribunais podem decidir acerca de políticas? refutações ao argumento democrático	175			
CO	CONCLUSOES					
0	O controle judicial e o estado de direito					
0	O controle judicial das políticas					
	Retensionamento das relações entre as funções estatais: um novo judiciário?					
DE	EEDÊ	NCIAS	207			